



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**LUCIMERY DOS SANTOS CARVALHO**

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: LIMITES E POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2020**

**LUCIMERY DOS SANTOS CARVALHO**

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: LIMITES E POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura da UNILAB/Campus dos Malês, para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Verônica Albuquerque Almeida.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2020**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da Unilab  
Catalogação de Publicação na Fonte

C325e

Carvalho, Lucimery dos Santos.

Educação profissional : limites e possibilidades de inclusão / Lucimery dos Santos  
Carvalho. - 2020.

51 f. : il., mapas, color.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da  
Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2020.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Verônica Albuquerque Almeida.

1. Educação inclusiva - Santo Amaro (BA). 2. Ensino profissional - Santo Amaro (BA).  
I. Centro Estadual de Educação Profissional em Turismo do Leste Baiano - Estudos de caso.  
II. Título.

BA/UF/SEBI

CDD 371.908142

**LUCIMERY DOS SANTOS CARVALHO**

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: LIMITES E POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, para obtenção de licenciatura.

Data de aprovação: 10/02/2020.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Verônica Albuquerque Almeida (Orientadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andréia Cardoso Silveira (Examinadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliane Costa Santos (Examinadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Dedico esse trabalho primeiramente a Deus. Sem ele nada seria possível, a minha filha que tem me incentivado a cada momento, aos professores do CEEP-TLB que compartilharam comigo suas experiências, à minha orientadora cuja dedicação e paciência serviram como pilares de sustentação para a conclusão deste trabalho. Especialmente aos alunos que foram a base desta pesquisa.

## AGRADECIMENTOS

Há três anos dei início ao sonho. Cheguei sem saber ao certo o que iria me acontecer. Tudo parecia novo, não imaginava que seria uma experiência única. Descobri ao longo dos dias a angústia, e a sensação de fraqueza e cansaço, por muitas vezes quis desistir, mas os amigos (as) e familiares nesse momento fizeram muita diferença e me mostraram o quanto seria importante e gratificante chegar ao fim. Confesso que eles estavam certos. Tudo valeu a pena, porque hoje estou mais perto dos meus objetivos.

Agradeço pelos aprendizados durante este tempo e agradeço também a todas as pessoas que estiveram a meu lado durante esse percurso, minha filha, meu esposo, meu pai, que sempre se orgulhou de mim e os demais familiares, a minha mãe (*in memoriam*) que me fez transformar a saudade em esperança e nunca me deixou só, a senhora meu agradecimento todo especial. As (os) docentes que influenciaram na minha trajetória. Em especial à professora Carla Verônica Albuquerque, minha orientadora, com quem compartilhei minhas dúvidas e anseios a respeito do tema. Aos amigos (as) que a cada momento me fortaleciam com seus carinhos e dedicação.

Nesses anos entendi que não importa o tempo que se leva. E nem é preciso correr. O tempo não conta. O que importa é o esforço feito, o conhecimento construído e os (as) amigos (as) conquistados (as). Agradeço a todos que estiveram direta e indiretamente me auxiliando durante minha jornada de estudos. Ao agradecer a todos também estou agradecendo a DEUS, pois sem ele não somos nada.

A rua de casa à inclusão não tem um fim porque ela é, em sua essência, mais um processo do que um destino. A inclusão representa, de fato, uma mudança na mente e nos valores para as escolas e para a sociedade como um todo (MITTLER, 2003, p.36).

## RESUMO

As reflexões sobre a inclusão de pessoas com deficiência no âmbito educacional vêm se intensificando de tal maneira que as escolas públicas estaduais sentem a necessidade de se preparar na oferta de Atendimento Especializado- AEE para que os alunos recebam atendimento, respeitando o direito de igualdade de oportunidades. Garantindo assim, seu processo de escolarização com qualidade, levando em consideração seu tempo de aprender. O presente trabalho apresenta uma análise acerca da educação inclusiva no contexto da Educação profissional, e versa sobre os limites e possibilidades de uma educação para todos, tendo como lócus de pesquisa o Centro Estadual de Educação Profissional em Turismo do Leste Baiano, na cidade de Santo Amaro, Bahia. Tem como objetivo, investigar os limites e possibilidades da inclusão no contexto da educação profissional. A política de inclusão vem sempre alicerçada por outras que lhe são essenciais, dentre várias está a de inclusão educacional. A Educação Inclusiva corresponde a um modelo de ensino aprendizagem que visa garantir aos estudantes especiais, o direito a educação para todos previstos na Constituição Federal. Percebe-se que as pessoas com Necessidades Educativas Especiais vêm vivenciando complicações tanto na permanência enquanto estudante da educação profissional, quanto no seu ingresso no mercado de trabalho. A pesquisa caracterizou-se pela abordagem qualitativa e o método aplicado foi o estudo de caso tipo exploratório. Aplicou-se um questionário semi-estruturado com professores que ministram aulas nos cursos técnicos de nível médio na instituição supracitada. O percurso e os dados proporcionaram uma visão da necessidade de uma ação pedagógica que busque integrar a educação inclusiva, reconhecendo a fragilidade do processo no que tange a política de formação docente, planejamento, revisão no projeto político pedagógico para inserção de ações que contemplem os alunos com deficiência e recursos multifuncionais para efetivação da educação integradora neste ambiente de ensino.

**Palavras-chave:** Centro Estadual de Educação Profissional em Turismo do Leste Baiano - Estudos de caso. Educação inclusiva - Santo Amaro (BA). Ensino profissional - Santo Amaro (BA).

## ABSTRACT

Reflections on the inclusion of people with disabilities in the educational sphere have been intensifying in such a way that state public schools feel the need to prepare themselves in the offer of Specialized Care - AEE so that students receive care, respecting the right to equal opportunities. Thus, ensuring their schooling process with quality, taking into consideration their time to learn. This work presents an analysis about inclusive education in the context of professional education, and deals with the limits and possibilities of an education for all, having as its research locus the State Center for Professional Education in Tourism of Eastern Bahia, in the city of Santo Amaro, Bahia. Its objective is to investigate the limits and possibilities of inclusion in the context of professional education. The policy of inclusion is always based on others that are essential to it, among several is the educational inclusion. Inclusive Education corresponds to a model of teaching and learning that aims to guarantee to special students the right to education for all provided in the Federal Constitution. It is noticeable that people with Special Educational Needs have been experiencing complications both in their stay as professional education students and in their entry into the job market. The research was characterized by the qualitative approach and the method applied was the exploratory type case study. A semi-structured one was applied with teachers who give classes in the technical courses at the above mentioned institution. The course and the data provided a vision of the need for a pedagogical action that seeks to integrate inclusive education, recognizing the fragility of the process in terms of teacher training policy, planning, revision in the pedagogical political project for the insertion of actions that contemplate students with disabilities and multifunctional resources for the realization of integrative education in this teaching environment.

**Keywords:** Inclusive education - Santo Amaro (BA). Professional education - Santo Amaro (BA). State Center for Professional Education in Eastern Bahia Tourism - Case Studies.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b>	Mapa dos Territórios de Identidade da Educação Profissional da Bahia	21
<b>Figura 2</b>	Centro de Santo Amaro	33
<b>Figura 3</b>	CEEP em Turismo do Leste Baiano	34
<b>Quadro 1</b>	Perfil dos professores participantes da pesquisa	36
<b>Figura 4</b>	Diagrama das unidades de análise	39

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	12
<b>2</b>	<b>EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TRABALHO: BREVES CONSIDERAÇÕES</b>	15
2.1	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: UM RECORTE ATÉ OS ANOS 90	15
2.2	NOVOS RUMOS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO SÉCULO XXI	17
<b>3</b>	<b>EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DA BAHIA</b>	19
<b>4</b>	<b>DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA</b>	22
4.1	A FORMAÇÃO DOCENTE PARA INCLUSÃO	26
4.2	FORMAÇÃO DOCENTE, INCLUSÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	29
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA</b>	31
5.1	A ABORDAGEM DA PESQUISA	31
5.2	O <i>LÓCUS</i> DA PESQUISA- CEEP –TLB	32
5.3	SUJEITOS DA PESQUISA	36
5.4	TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	37
<b>6</b>	<b>INCLUSÃO NO CEEP – TLB: O QUE DIZEM OS PROFESSORES</b>	38
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	46
	<b>REFERÊNCIAS</b>	48

## 1 INTRODUÇÃO

No cenário da Educação Profissional na contemporaneidade, a Educação Inclusiva, ainda é considerada um grande desafio, mesmo com as mudanças educacionais ocorridas ao longo da história. Tanto no que se refere, em incluir estudantes com necessidades educacionais especiais em salas de aulas regulares, como também, nas relações que possam oportunizar atendimento igualitário entre estudantes com necessidades educacionais especiais e os demais estudantes, para que todos se sintam incluídos no contexto escolar e social.

Entendemos que é papel fundamental das unidades escolares, implementar uma educação profissional que estimule o desenvolvimento de ações educacionais que permitam um trabalho coletivo, removendo barreiras para a aprendizagem, assegurando uma melhor formação com a finalidade de propiciar aos estudantes, uma ligação indispensável entre a teoria e a prática. Uma escola inclusiva que reconheça, respeite e valorize a diversidade dos alunos, que atenda às suas necessidades e possibilite o desenvolvimento do potencial de cada um.

Não podemos continuar ignorando as diferenças, marginalizando aqueles que foram ou ainda são pressionados por um sistema excludente, muito menos desconhecer sua capacidade. Cada pessoa expressa seus conhecimentos de uma forma, não vale ver o mundo sobre nossa ótica apenas, sem enxergar os que estão a nossa volta. Pensar em inclusão é entender que os papéis são diferentes, que as pessoas são diversas, mas os direitos são iguais. É imprescindível entender que o conhecimento não tem limitações nem regras, acontece de acordo com as necessidades de cada sujeito.

As diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, estão sendo cada vez mais desconstruídas no âmbito da sociedade. Vivemos momentos de mudanças de paradigmas, de desconstrução de padrões estabelecidos pela sociedade e de preconceitos. Nesse sentido, não cabe discutir educação de forma individual; uma vez que se trata de uma construção onde todos os atores têm seus próprios momentos, seus anseios, especificidades e características. Berger Filho (1999) sinaliza que em todo o planeta há uma grande inquietação nos meios ligados ao setor educacional, provocando reformas que buscam sua adequação às novas exigências. Dessa forma, a educação não pode mais ficar alheia a tais transformações, como nos revelou a história, quando durante muito tempo, esteve silenciada, ausente e formatada de acordo com um modelo que fomentava a desigualdade social.

Infelizmente, ainda experimentamos um modelo de educação que rotula e discrimina quem é diferente. A exemplo da minha própria experiência, vivenciada na instituição de

ensino em que atuo como professora. Um ambiente que deixa explícita a desvalorização e o desconhecimento por parte do corpo docente, das especificidades dos estudantes com necessidades especiais. Cenas que me inquietam, me fazem refletir sobre as relações entre as práticas sociais, que se reverberam no ambiente educacional e conseqüentemente nas oportunidades profissionais futuras, para estes educandos. Tais reflexões, me motivaram a outras leituras, outros aprendizados sobre a educação profissional e a inclusão, de onde decorre a questão chave deste estudo: quais os limites e possibilidades da inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEEs), no contexto da educação Profissional?

Nesta perspectiva, a presente pesquisa foi desenvolvida no Centro Estadual de Educação Profissional em Turismo do Leste Baiano (CEEP-TLB), município de Santo Amaro - Bahia, vinculado ao Núcleo Territorial de Educação-NTE 21 e tem como objetivo maior, investigar os limites e possibilidades da inclusão no contexto da educação profissional.

Ao refletir sobre a abrangência do sentido e do significado do processo de Educação inclusiva, estamos considerando a diversidade de aprendizes e seu direito à equidade. Trata-se de equiparar oportunidades, garantindo-se a todos - inclusive às pessoas em situação de deficiência e aos de altas habilidades/superdotados, o direito de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver (CARVALHO, 2005, p. 5).

Para Rodrigues (2006, p. 11), a inclusão essencial é a dimensão que assegura a todos os cidadãos de dada sociedade o acesso e a participação sem discriminação a todos os seus níveis e serviços. Assim, a inclusão essencial pressupõe que ninguém pode ser discriminado por causa uma condição pessoal no acesso à educação, saúde, emprego, lazer, cultura etc. É uma questão que se atrela aos direitos humanos e com uma acepção básica de justiça social. Em face desse contexto a inclusão não coloca os indivíduos em julgamentos. As pessoas têm suas diferenças, suas características individuais que os tornam únicos. Cada um pertencente a um grupo social, mas independente do grupo ao qual pertença, todos tem os mesmos direitos. A inclusão traz além de desafios, acolhimento dos alunos especiais, garantindo o acesso a educação e ao conhecimento como ferramenta de inserção ao trabalho.

As discussões sobre a inclusão de pessoas com Necessidades Educativas Especiais (NEEs)<sup>1</sup> no campo profissional vêm sendo ampliadas nos últimos tempos, o que favorece reflexões acerca dos direitos desses cidadãos e garantia de espaços para que essas pessoas possam ser inseridas na vida social e no mercado de trabalho. No entanto, as oportunidades de participarem desses processos de construção estão ligadas à sua formação, enquanto sujeitos

---

<sup>1</sup> Necessidades Educativas Especiais (NEE) está associado a pessoas com problemas sensoriais, físicos, intelectuais e emocionais e com dificuldades de aprendizagem derivadas de fatores orgânicos e/ou ambientais.

no contexto social. Nesse sentido, acreditamos que essa estrutura organizacional requer ajustes que possibilitem igualar os direitos, sobretudo na busca de uma qualificação que atenda as demandas do mercado e à participação ativa dos estudantes, nos diferentes âmbitos da sociedade, possibilitando uma convivência mais harmoniosa.

São diversas as dificuldades encontradas na educação inclusiva. Desde professores despreparados a salas lotadas; escolas com infraestrutura inadequada e não adaptadas as várias limitações; além de práticas e políticas pedagógicas que não contribuem para um ambiente respeitoso, afetuoso e inclusivo. Nesse sentido o sistema escolar vem sofrendo mudanças com a proposta inclusiva para que sejam oferecidas, medidas de apoio aos estudantes que sentem dificuldades de aprendizagem, constituindo um espaço que respeite a diversidade e compreenda que todos são iguais mesmo tendo diferenças. Destarte, o percurso escolar das pessoas com deficiência vem acompanhado de desafios e perspectivas, tanto no ingresso na educação profissional técnica, no mundo do trabalho, quanto na formação profissional em relação a ressignificação de conhecimentos que poderão ser grandes aliados ao seu crescimento educativo.

O reconhecimento da necessidade educativa do estudante, constitui-se como fator importante para a inclusão escolar e seu percurso educacional. Nesse sentido, a escola, enquanto espaço sociocultural, precisa compreender que as diferenças existem, e é importante reconhecer sua complexidade, em todos os sentidos. Isto requer que essas diferenças sejam aceitas pelo outro de forma mais harmoniosa e produtiva. Incluir sempre foi um desafio. A escola regular foi adotada como meio de acolher todos os alunos, sem distinção, sem exceção organizando-se e apresentando caminhos e recursos adequados no sentido de oferece apoio àqueles sujeitos que encontram barreiras no processo de ensino e aprendizagem. Desse modo, os obstáculos se tornam desafios capazes de serem desarticulados frente aos processos de escolarização dos estudantes e da formação docente, especialmente da educação profissional inclusiva.

Desafio que vem sendo enfrentado pela equipe docente do CEEP-TLB, na inserção da educação inclusiva. Os professores apresentam dificuldades para entenderam a importância de desenvolverem uma prática pedagógica que valorize a diversidade como marco fomentador do processo ensino aprendizagem. Bem como a promoção de um currículo e de metodologias que atendam as demandas dos estudantes de forma mais humana e igualitária.

A inserção de alunos com necessidades educativas especiais no contexto da educação profissional permite oferecer aos mesmos uma educação para o trabalho de qualidade, no sentido de colaborar para o processo inclusivo e participação social desses sujeitos.

Sobretudo, se faz necessário adaptações para que os estudantes se sintam estimulados. Afinal, incluir é desenvolver a capacidade de reconhecer o outro como igual.

A Inclusão é um processo que ampara estudantes com qualquer que seja as limitações, seja ela, deficiência física, mental, superdotados, ou para as minorias que são discriminadas por qualquer motivo que fuja aos padrões da sociedade. Sendo assim, é um sistema, que reconhece e valoriza a diversidade humana presente na escola, evidenciando o direito das pessoas com deficiência à educação em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

Uma ação pedagógica mais direcionada desperta no aluno o gosto pela profissão que escolheu, dá a possibilidade de conhecer as diversidades do campo profissional e o prepara para os desafios que futuramente venham a encontrar. A partir das experiências vivenciadas, a comunidade escolar pode repensar as ações praticadas, no sentido de desenvolver ações pedagógicas inclusivas no âmbito da educação profissional, para que o processo de ensino e aprendizagem face a inclusão, torne-se menos complexo.

## **2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TRABALHO: BREVES CONSIDERAÇÕES**

### **2.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: UM RECORTE ATÉ OS ANOS 90**

As relações entre trabalho e educação existem desde os mais remotos tempos, quando os seres humanos, em prol da própria existência, já se educavam para o trabalho de produção como modo de sobrevivência, constituindo-se assim, um processo educativo intermitente. Com o desenvolvimento das cidades, a necessidade de pessoas preparadas para o mercado de trabalho era cada vez maior. Fato que provocou o aumento da demanda populacional por uma formação técnica específica, que atendesse aos interesses da população urbana inserida no âmbito industrial.

Cabe ressaltar que a Educação Profissional no Brasil era destinada as classes mais pobres da população. Inicialmente para aqueles que se preparavam para o trabalho manual e manufatureiro e a educação secundária era para as classes nobres, as quais tinham uma educação preparatória no intuito de ingressarem no ensino superior, o que evidenciava a contradição/dualismo na educação do país.

De acordo com Manfred (2002), o governo brasileiro procurou desenvolver um tipo de educação apartado do ensino secundário e superior, sob o pretexto da necessidade de formação da força de trabalho para atender as novas exigências do modo de produção. Nesse

contexto, a Reforma Capanema em 1942, por meio das chamadas ‘leis orgânicas’, criou seguimentos de ensino: de um lado, o ensino secundário, propedêutico, para a formação de intelectuais; de outro, os ramos técnicos (agrícola, industrial, comercial e normal) para a formação de trabalhadores instrumentais. (CAMPELLO,2009). Esta estruturação educacional teve grande importância para a sociedade que estava ávida de conhecimento com vistas a integração social e profissional dos indivíduos. Nesse contexto a educação se apresentou como desafio histórico na construção e democratização dos conhecimentos intelectuais e técnicos.

Com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 4024/61, a educação profissional teve poucos avanços. O ensino técnico de nível médio envolvia cursos de curso industrial, agrícola e comercial. Tinha como princípio a equivalência com o ensino propedêutico; o que não se concretizou. A sociedade permanecia valorizando os cursos de formação propedêutica ofertados pela rede particular de ensino, em detrimento dos cursos de segundo grau oferecidos pela rede estadual de educação.

O início da década de 70, demarca um vertiginoso crescimento econômico no Brasil. O que demandou o aumento de profissionais com qualificação técnica, afim de atender as exigências da sociedade capitalista. Neste cenário, foi instituída a promulgação da Lei 5692/71, na qual “a equivalência entre os ramos secundário e propedêutico é substituída pela obrigatoriedade da habilitação profissional para todos os que cursassem o que passou a ser chamado de ensino de 2º grau” (KUENZER, 2002, p. 16). A referida lei comprometia a formação geral do estudante em prol de uma formação instrumental para o mercado de trabalho, sob a alegação da importância da relação entre teoria e prática. O que reverberou na continuidade no modelo dual da educação, que se pretendia eliminar, “aprofundando a cisão entre ensino público e privado, uma vez que as escolas privadas seguiram com seus currículos propedêuticos e as públicas estaduais passaram a oferecer um ensino profissional de baixa qualidade (ASSIS e MEDEIROS NATA, 2015, p. 201). Assim, os estudantes não tinham uma educação geral adequada.

A preparação para o trabalho fez parte de uma proposta educacional que entendia ser necessário educar para a vida produtiva e responsável, para o exercício do trabalho, mediante o qual o educando contribuía para a manutenção de sua própria vida e sociedade, contudo, sem dimensionar-se para uma ocupação específica. Eram conhecimentos e habilidades que favoreciam assumir o trabalho como uma dimensão fundamental da vida em sociedade, ou seja, aquilo que o educando terá da escola como preparação para o trabalho (NASCIMENTO e COLARES, 2005, p. 76, apud ABREU, 2009, p. 26).

As autoras chamam a atenção para a importância da formação para o trabalho como uma condição essencial a vida do estudante e neste contexto, a instituição escolar deve possibilitar a aquisição de habilidades e atitudes, conhecimentos específicos, necessários para que o indivíduo seja incluído no sistema social.

A partir da década de 80, novas formas de organização e de gestão modificaram estruturalmente o mundo do trabalho. As empresas passaram a exigir empregados mais qualificados. Além da destreza manual, novas competências passaram a ser requeridas como inovação, criatividade, capacidade para o trabalho em equipe e autonomia na tomada de decisões. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases – Lei nº 9.394/96, em meio a disputas políticas, institui-se as bases para reforma do ensino profissionalizante; com o desenvolvimento de profissionais para enfrentar os desafios do mercado de trabalho contemporâneo. Nesse contexto, em 1997 foi promulgado o Decreto nº 2.208/97 que estabelecia a oferta de cursos técnicos com currículo próprio e independente do currículo do ensino médio, nas modalidades concomitante ou subsequente, com objetivo de “qualificar, profissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho (DECRETO Nº 2.208 de 17 de abril de 1997, Art. 1º, IV).

Cabe lembrar que a escola sempre foi um espaço pedagógico de construção de conhecimentos, conceitos e valores que direcionaram as ações dos sujeitos. Inicialmente, foi pensada para atender a classe dominante e ao longo da história de institucionalização educacional foi se modificando no intuito de promover uma educação que permitisse a reflexão da sociedade para seu crescimento intelectual e sistemático para além da produção do saber.

## 2.2 NOVOS RUMOS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO SÉCULO XXI

De acordo com AMÂNCIO e MOREIRA (1997), a partir do século XXI, a função da educação se torna mais importante na preparação da força de trabalho, uma vez que as habilidades requeridas do novo trabalhador são muito relacionadas com as desenvolvidas na escola: responsabilidade, capacidade de abstração, de resolver problemas, de trabalhar com símbolos e compreensão de textos abstratos, entre outras. Nesse sentido, cabe a educação, possibilitar uma formação profissional que considere as necessidades do aluno - futuro trabalhador, e não somente as perspectivas do mercado de trabalho.

Assim, o Decreto Nº 5154 de 23 de julho de 2004, apresenta em seu Art. 2º que a educação profissional observará as seguintes premissas:

I - Organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio ocupacional e tecnológica;

II - Articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia.

Já o Art. 4º, § 1º, inc. I que “a educação profissional técnica de nível médio (...), será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio (...)” e “a articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e ensino médio dar-se-á de forma integrada (...)”.

Posteriormente, a redação dada pela Lei 11.741 de 2008, promove alterações na oferta do último nível da educação básica, à medida que introduz a forma integrada da educação profissional como oferta vinculada à educação básica, ao determinar:

“Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia”.

A Resolução CNE/CEB nº 6/2012, determina que a educação de nível médio seja um direito social a ser ofertada de forma obrigatória e gratuita, tendo por base a formação integral do estudante. O documento aponta no Art. 5º, o trabalho como princípio educativo, a partir de uma perspectiva ampliada, numa dimensão ontológica, de atividade especificamente humana, pela qual o homem transforma a natureza, produz sua própria existência e alcança sua realização. Nesse sentido, a questão das competências é ampliada, com um sentido mais próximo de aquisição de conhecimentos e não de mero desenvolvimento de habilidades.

O trabalho se constitui em direito e dever e engendra um princípio formativo ou educativo. O trabalho como *princípio educativo* deriva do fato de que todos os seres humanos são seres da natureza e, portanto, têm a necessidade de alimentar-se, proteger-se das intempéries e criar seus meios de vida. É fundamental socializar, desde a infância, o princípio de que a tarefa de prover a subsistência, e outras esferas da vida pelo trabalho, é comum a todos os seres humanos, evitando-se, desta forma, criar indivíduos ou grupos que exploram e vivem do trabalho de outros. (FRIGOTTO, 2018, p.60)

Desta forma, o trabalho é considerado como princípio educativo e formativo, como direito e dever da humanidade, a qual deve de forma consciente e responsável, assumir a manutenção de suas fontes materiais, culturais e simbólicas, essenciais à produção da vida humana, ao exercer o seu papel no ambiente natural, transformando em bens, para sua

produção e reprodução. Uma relação que deve estar alicerçada no trabalho, na produção do conhecimento científico e na cultura. Para Moll (2010),

Integrar é então, tornar inteiro. Remetemos o termo ao seu sentido de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, de tratar a educação como uma totalidade social, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos. No caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico, queremos que a educação geral torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho. (MOLL, 2010, p. 76)

Esperamos que a escola formadora de profissionais ultrapasse a visão de educação como treinamento, que recupere para o espaço pedagógico da educação profissional, valores fundamentais como justiça, solidariedade, cooperação, igualdade, respeito às diferenças, em oposição à competição imposta pelo mercado de trabalho, ao preconceito. Uma escola democrática, onde a sala de aula seja um espaço de permanente diálogo e discussões coletivas, frente as questões complexas da sociedade.

### **3 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DA BAHIA**

No bojo do processo de ressignificação do ensino técnico profissional no Brasil, em 2006, o Estado da Bahia, retoma o ensino técnico profissional no âmbito da educação pública. Uma vez que com a proposta da atual LDB no seu art. 36-C reza que a educação profissional deve ser integrada ao ensino médio, com base na I subdivisão do “caput do art. 36-B” da lei em referência, os alunos concluintes do ensino fundamental terão oportunidades de poder cursar a formação técnica profissional de carácter do nível médio na mesma unidade escolar e assim como realizar a sua única inscrição, sendo valido para as duas formações (LDB, 1996). Assim, após retomada da Educação Profissional, com o apoio da política nacional de integração, o Governo do Estado da Bahia se dispôs a construir a rede estadual de educação profissional investindo na estrutura física das escolas, adquirindo equipamentos e na estrutura pedagógica, com atualização curricular e formação de professores.

Em dezembro de 2007, foi criada a Superintendência da Educação Profissional (SUPROF) para tratar exclusivamente da Educação Profissional no Estado da Bahia, através do Decreto Lei nº 10.955/2007. O setor, ligado a Secretaria da Educação do Estado, tem o compromisso de fortalecer este segmento do ensino, e construir um projeto político que

assegurasse uma oferta tecnológica pública e de qualidade para a sociedade baiana, definindo-a como política pública prioritária para o Estado.

Em decorrência da política pública de ampliação da oferta e reestruturação da Educação Profissional na Bahia, que teve como marco a implantação da SUPROF em 2007, foi editado o Decreto nº. 11355/2008 que instituiu os Centros Estaduais e os Centros Territoriais de Educação Profissional (CEEPs e CETEPs), vinculados aos 27 Núcleos Territoriais de Educação (NTE) que representa a SUPROT e atua nas instituições de Educação Profissional dando suporte técnico e pedagógico. A diferença dessas instituições não é apenas de terminologia, tem a ver com a abrangência das mesmas.

O CETEP visa atender às demandas consideradas relevantes da região ou Territórios de Identidade, onde se encontra situado e podem ofertar cursos de Eixos Tecnológicos diversos. O CEEP se caracteriza pela especialidade em uma área ou Eixo Tecnológico. Muitos desses centros eram antigos Colégios modelos e outros espalhados pelo Estado da Bahia, assim como, a Escola Polivalente de Santo Amaro-Bahia que foi transformada no Centro Estadual de Educação Profissional em Turismo do Leste Baiano (lócus desta pesquisa), a partir de 2013. Outras escolas passaram também pelo mesmo processo, ofertando vários cursos técnicos.

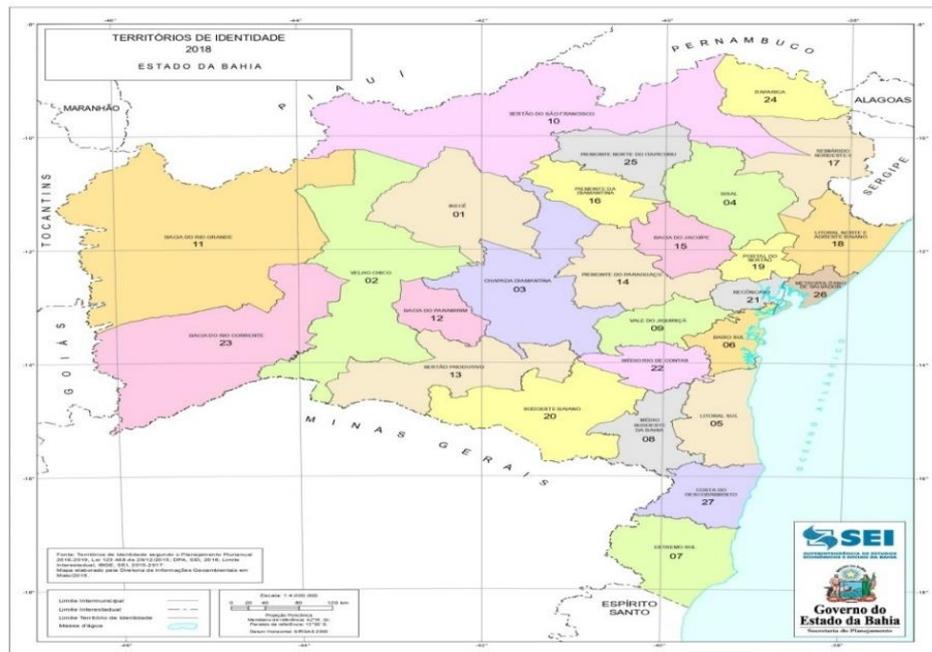
A partir do Decreto nº. 11.355/2008 foram criados 32 Centros Territoriais e 34 Centros Estaduais de Educação Profissional em toda a Bahia. Criou-se, sobretudo o Plano Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional (Bahia, 2008), no qual o Governo assume a educação profissional como política pública de Estado.

Assim, por meio do Plano Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional (Bahia, 2008), o governo ampliou a oferta de cursos de educação profissional para todo estado com o apoio técnico e financeiro do Programa Brasil Profissionalizado, instituído pelo Decreto no. 6.302, de 12 de dezembro de 2007, iniciativa do governo federal. Atualmente a Rede Estadual de Educação Profissional e Tecnológica é composta por 41 Centros Territoriais de Educação Profissional, 38 Centros Estaduais de Educação Profissional, 38 anexos de Centros de Educação Profissional e 92 unidades escolares de Ensino Médio que também ofertam cursos de Educação Profissional e Tecnológica abrangendo 121 municípios dos 27 Territórios de Identidade. Em 2013, a rede estadual de educação profissional da Bahia já era a segunda maior ofertante dessa modalidade de ensino no país, ficando atrás apenas do estado de São Paulo.(Censo Escolar INEP/MEC, 2015).

De acordo com a Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), o Território de Identidade é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido,

geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial.

**Figura 1 - Mapa dos Territórios de Identidade da Educação Profissional da Bahia**



Fonte: <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php/17> Acesso em 14 jan. 2020.)

Os Centros Territoriais e Estaduais de Educação Profissional foram criados pelo Decreto Estadual possuem uma estrutura administrativa diferenciada das demais unidades escolares estaduais sendo composta por Diretor, Vice-Diretor Administrativo-Financeiro, dá suporte ao gestor no que tange o quadro e questões administrativas e financeiras da unidade, Vice-Diretor Técnico-Pedagógico, atua na concepção de formação de professores, acompanhamento pedagógico e dá suporte a coordenação escolar e o Vice-Diretor de Articulação com o Mundo do Trabalho, que coordena e orienta as atividades de campo de atuação/Estágio Supervisionado. Essa estrutura foi regulamentada pela Portaria Nº 8.676/09. A Rede Estadual de Estadual de Educação Profissional e tecnológica tem como objetivo consolidar e ampliar a oferta da educação profissional em consonância com o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos territórios baianos, promovendo a inserção cidadã na vida social e no mundo do trabalho.

A partir do Decreto nº 17.377/2017, a Superintendência da Educação Profissional (SUPROF) passa a ser denominada de Superintendência da Educação Profissional e Tecnológica - SUPROT. Assim como, a SUPROF, a SUPROT tem a função de executar atividades de planejamento, coordenação, acompanhamento, supervisão e avaliação, dentre outras atividades, no que diz respeito às políticas de educação profissional como: programas, projetos, certificação e orientação profissional. Há três princípios que norteiam a política de Educação Profissional na Bahia: 1) Formação Integral; 2) Trabalho como princípio educativo e 3) Intervenção social como princípio pedagógico.

A matriz curricular dos cursos de Educação Profissional Integrada é formada por componentes curriculares de três áreas: (1) Base Nacional Comum (BNC); (2) Formação Técnica Específica (FTE) e (3) Formação Técnica Geral (FTG). A duração dos cursos depende do ano de iniciação e da matriz curricular referente a cada período.

Em se tratando de estudantes com necessidades educacionais especiais, segundo as Diretrizes da Educação Inclusiva para pessoas com Deficiências, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação no Estado da Bahia (2017), devem ser matriculados nos cursos oferecidos pelas escolas regulares que ofertem educação profissional, por meio de adequações e apoio em relação aos programas de educação profissional e preparação para o trabalho, viabilizando seu acesso e permanência.

#### **4 DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

A história da Educação Inclusiva vem sendo discutida há muito tempo, e desde então foram sofrendo grandes mudanças. A escola não era favorável para todos, não se tinha o ideal de igualdade de direitos quando se referia à educação. Os alunos ditos especiais eram excluídos da escola regular e encaminhados para escolas específicas que atendiam alunos com deficiências, em espaço reservado para aqueles entendidos como incapazes de construir conhecimentos. A princípio, o aluno era acolhido de acordo com o tipo de deficiência apresentada e de maneira diferenciada e excludente, em cada época.

[...] a exclusão é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético. [...] Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e não é falha do sistema, ao contrário, é produto de seu funcionamento (SAWAIA, 1999, p. 9).

O sistema educacional no Brasil trabalhava a escola regular que abrigava os alunos considerados capazes de desenvolver capacidades concretas, e a escola especial a qual integrava alunos deficientes e os viam como pessoas sem condições de desenvolver capacidades mentais, nem intelectuais. A Constituição Federal de 1988, no artigo 205, expressa o direito a inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais. A lei deixa claro o direito de todos à educação, permitindo o acesso igualitário independente das diferenças, compreendendo as diversidades sociais, étnicas, intelectuais, culturais, físicas, sensoriais e de gênero. As escolas devem oferecer uma educação igualitária para todos sem restrições. Tal condição é reafirmada pela Organização das Nações Unidas na Conferência Mundial sobre a Educação para Todos em 1990. Deste modo, o não respeito à proposta é uma afronta à legalidade de direitos.

A inclusão é um processo de construção contínua e um desafio essencial para uma efetivação da Educação como Direitos para todos. A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular, se tornou tema em discussão no sistema educacional de ensino. Pensada como igualdade de oportunidades e de valorização das diferenças, evidenciando as diversidades e considerando, ainda, a cultura, os métodos e as políticas atuais da escola, assim como seu sistema de ensino, na perspectiva de garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção, sem distinção, sem exclusão (BRASIL, 2008, p.1)

[...] escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Vale ressaltar que os princípios fundamentais da educação inclusiva estão alicerçados com base no respeito à diversidade. Tal contexto foi fundamentado a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9394/1996 que preconiza sobre a educação inclusiva em seu artigo 59 que “os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades” (BRASIL, 2014).

O processo de inclusão foi construído na tentativa de garantir aos alunos uma educação para todos como direito instituído pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96. Em seu capítulo V, Art. 58, define que modalidade de educação escolar para educandos com necessidades educativas especiais e dispõe que essa educação

deve se dar preferencialmente na rede regular de ensino, espaço onde os educandos possam construir seus conhecimentos de acordo com suas capacidades, fomentando suas habilidades, participando ativamente de atividades oportunizando seu desenvolvimento como cidadão, respeitando suas diferenças.

As discussões sobre Educação Especial numa perspectiva de Educação Inclusiva foram mais evidenciadas a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, nº 9394/96), quando em suas disposições gerais, destacam que o estudante com necessidades especiais deverá estar, preferencialmente, incluído nas classes regulares oferecidas pelos diferentes sistemas de ensino. Traz em seu Capítulo V, Art. 58, a Educação Especial como uma modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996).

Menezes (2001), afirma que a Educação Especial se utilizava de métodos diferenciados. Uma educação gratuita, porém, segregadora, a qual se baseava em classes exclusivamente especiais, dificultando o processo de escolarização dos alunos deficientes. O conceito de escola inclusiva, implica em uma nova postura da escola regular que deve propor no projeto pedagógico, no currículo, na metodologia, na avaliação e nas estratégias de ensino, ações que favoreçam a inclusão social e práticas educativas diferenciadas que atendam a todos os alunos.

A partir do momento que pensamos em realizar a inclusão estamos pensando em ressignificar a escola pública, negando as práticas excludentes e fortalecendo a ideia de educação para todos independente de limitações. Nesse sentido, em 2001 foi aprovado o documento de Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, que atentava para a consolidação de escolas inclusivas públicas indicando que a educação especial deve acontecer tanto nas escolas públicas como nas privadas, da rede regular de ensino.

É sabido que a inclusão é de responsabilidade de todos os envolvidos no processo educacional: gestores, professores, funcionários e comunidade, mas é também obrigação da família se envolver nessa relação de integração e convívio sócio psicossocial. Muitos são os diagnósticos para justificar a falta de aprendizado, causando sérios obstáculos no convívio social destes sujeitos. A família nessa jornada tem um papel essencial, é nossa principal fonte de informações sobre as necessidades específicas de cada um e o principal apoio no que tange a inserção desses cidadãos no convívio escolar. Sua parceria e comprometimento é um importante aliado para a escolarização desses estudantes numa modalidade educacional que exige preparo e esforço.

A inclusão escolar de alunos com necessidades educativas especiais demanda uma mudança radical na gestão do sistema do sistema educacional de modo amplo, e de cada escola especificadamente, priorizando ações em todos os níveis e ensino, desde a educação infantil aos programas para a formação de professores. Faz-se prioritária, também, a adequação arquitetônica dos prédios escolares para acessibilidade e a organização de recursos técnicos e de serviços que promovam a acessibilidade pedagógica e nas comunicações (GLAT, 2011, p.34).

Dessa forma, a estrutura da educação básica deve promover mudanças indispensáveis para uma educação coletiva, ampliada e pensada para a inclusão. Foi nessa perspectiva, que foram criados os centros Especializados, os quais reúnem serviços da Educação especial (EA) e Atendimento Educacional Especializado (AEE), fundamentais para a execução de um trabalho em parceria. O que de certa forma ajudaria os professores na elaboração de atividades ou dinâmicas de integração e ou, na realização de tarefas que ampliassem o conhecimento dos estudantes e auxiliassem a prática pedagógica docente, por meio de aulas mais atrativas e inclusivas. Esses recursos precisam também ser incorporados à escola, e organizados nos momentos de planejamento de Atividades complementares (ACS).

[...] as escolas (tanto comuns como especial) precisam ser reestruturadas para acolherem todo espectro da diversidade humana representado pelo alunado em potencial, ou seja, pessoas com deficiências físicas, mentais, sensoriais ou múltiplas e com qualquer grau de severidade dessas deficiências, pessoas sem deficiências e pessoas com outras características atípicas, etc. É o sistema educacional adaptando-se às necessidades de seus alunos (escolas inclusivas), mais do que os alunos adaptando-se ao sistema educacional (escolas integradas) (SASSAKI, 2008, p.09-17).

Entretanto, muitas as instituições públicas de ensino, ainda carecem de salas multifuncionais ou salas de apoio, com o propósito de oferecer acessibilidade e estratégias educacionais que quebrem as barreiras da exclusão, oferecendo as pessoas deficientes, efetiva inserção social e o pleno desenvolvimento do processo ensino aprendizagem. O trabalho com alunos especiais ou não, requer adaptações que fortaleçam os objetivos da educação inclusiva, posto que a inclusão requer uma reestruturação do sistema educacional, cujo objetivo é fazer com que “a escola se torne inclusiva, um espaço democrático e competente para trabalhar com os educandos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais, baseando-se no princípio de que a diversidade deve não só ser aceita como desejada (BRASIL, 2001, p.40).

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as

circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. O percurso para se chegar as escolas inclusivas é complexo e extenso, perpassa por amplas conquistas, porém nos deparamos com grandes regressões no que tange a política de inclusão, o que deixa transparecer a necessidade de um fazer pedagógico mais apurado, no intuito de alcançar os objetivos propostos no que se refere a relevância dos conhecimentos concretos sobre a educação inclusiva.

Destarte, surge a Lei 13.146 de julho de 2015, também conhecida como Lei Brasileira de Inclusão, consagrou a política de educação inclusiva no Brasil. Isso significa que todas as escolas, sejam públicas ou particulares devem cumprir as determinações dessa lei no sentido de aprimorar seus sistemas de ensino, visando garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem a todas as pessoas com deficiência.<sup>2</sup>

#### 4.1 A FORMAÇÃO DOCENTE PARA INCLUSÃO

As discussões até então realizadas deixam claro a importância da inclusão no contexto educacional, assegurando a todos indistintamente, sem nenhuma forma de discriminação, incluindo pessoas com qualquer deficiência, ou que se sintam de alguma forma excluído. A escola deve constituir-se em um ambiente mais dinâmico, mais oportuno para a aprendizagem, contemplando habilidades e dificuldades do educando no processo de ensino aprendizagem, seja de forma individual ou coletiva. Uma escola inclusiva requer para além de adaptações físicas estruturais, mudança na postura da comunidade escolar, desenvolvendo competências formativas de um profissional que atue nas diversas situações de aprendizagens.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LEI 9394/96, prevê a necessidade de formação adequada para os profissionais que trabalham com alunos especiais, que capacite os educadores de forma mais intensa, para o trabalho com a diversidade, na perspectiva inclusão escolar. Vale lembrar que formação docente para a inclusão, não deve se limitar a eventual participação em cursos, mas uma capacitação que contemple todas as possibilidades, que seja um percurso contínuo, o qual seja assertivo no processo de ensino aprendizagem. Assim, os profissionais passarão a perceber as mudanças na sua prática e compreenderão que o professor precisa estar em constante formação para melhor atender seu alunado, assegurando-lhes uma educação adequado aos interesses e necessidades dos estudantes.

---

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.teapoio.com/inclusao-escolar-lei-brasileira-de-inclusao>

Para Freitas (2006), a formação do professor deve ocorrer na ótica da educação inclusiva, não apenas como formação de especialistas, mas também como parte integrante da formação geral dos profissionais da educação, a quem cabe atuar a fim de reestruturar suas práticas pedagógicas para o processo de inclusão educacional. É real a necessidade de formação principalmente no contexto da educação inclusiva, visto que o vazio deixado ao longo da história da educação, formou grupos de profissionais inseguros no desempenho de sua função docente com relação a educação especial.

Na visão de Freire (2001, p. 99), não se pode negar que ainda há muitos resquícios de segregação, da educação bancária que padroniza os alunos. Mas vale refletir que essa educação permeada por uma educação bancária, vêm sendo substituída pela valorização do sujeito, pela heterogeneidade, e pelo respeito à diversidade, consagrando-se como educação inclusiva. “Aquela que humaniza, integra, e oportuniza a construção pragmática dos conhecimentos, independente de cor, raça, religião ou tipo de deficiência. Ou seja, pela humanização dos sujeitos”.

As Diretrizes para a Formação de Professores da Educação Básica (2010), apresentam exigências para o desempenho do papel docente frente às novas concepções de educação na contemporaneidade: Orientar e mediar o ensino para a aprendizagem dos alunos; responsabilizar-se pelo sucesso da aprendizagem dos alunos; assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os alunos; incentivar atividades de enriquecimento curricular; elaborar e executar projetos para desenvolver conteúdos curriculares; utilizar novas metodologias, estratégias e material de apoio; desenvolver hábitos de colaboração e trabalho em equipe (MEC, 2000).

[...] um dos grandes desafios dos cursos que formam professores é a elaboração de um currículo que venha desenvolver nos acadêmicos competências, habilidades e conhecimentos para que possam atuar em uma escola realmente inclusiva, acessível a todos, independente das diferenças que apresentarem, dando-lhes as mesmas possibilidades de realização humana e social (FREITAS, 2006, p. 176)

Sabemos que a formação inicial ofertada pelos cursos de licenciatura, não prepara o professor para trabalhar com a inclusão. Para Macedo (2010, p. 85), há um número reduzido de componentes curriculares que abordam a temática da Educação Inclusiva, o que abre uma lacuna considerável na formação do futuro docente. Nesse cenário, torna-se crucial “[...] reconhecermos a importância dos cursos de Pedagogia oferecerem, ao menos, um componente sobre a temática em sua matriz curricular”. Cabe salientar, que em sua grande maioria, é no momento do Estágio Supervisionado, que os alunos se deparam com o desafio da inclusão.

Cabe ressaltar que a formação continuada possibilita aos docentes uma prática mais motivadora, que estimule os discentes e os proporcione uma educação mais atraente e dinâmica, mesmo vivendo num contexto de educação sucateada pelo sistema, sem recursos, sem apoio, sem valorização dos profissionais que atuam na área educativa. O profissional precisa estar atento as possibilidades metodológicas que vá além do que a escola possa oferecer. O tipo de atividades realizadas nesses espaços também é muito importante, pois devem assegurar a permanência e não a evasão. O ato de aprender é um desafio, mas também uma das maiores conquistas dos seres humanos. O aprendizado é constante, a todo o momento temos a necessidade de construir conhecimentos, esse processo vai para além do currículo escolar, adentra as nossas vidas como parte importante da nossa formação enquanto ser social.

É fundamental, a necessidade formativa dos professores, para atuarem no contexto da inclusão, bem como a ressignificação das suas práticas pedagógicas. Os alunos devem ter liberdade para aprender no seu ritmo e seu tempo, o professor deve torna-se o mediador/orientador e não um especialista em deficiências. Mantoan (2012), ressalta que para ensinar, o professor deve abarcar as diferenças dos alunos, sem fazer distinção, adotando “uma pedagogia ativa, dialógica, interativa, integradora, que se contrapõe a toda e qualquer visão unidirecional, de transferência unitária, individualizada e hierárquica do saber” (p. 49). Nesta direção, o diálogo, a atenção e afetividade também deverão estar presentes nesses momentos de aprendizagens.

No ambiente escolar, todos devem ter a responsabilidade e compromisso com a inclusão dos estudantes com necessidades especiais. A direção e a coordenação pedagógica devem organizar momentos para que os professores possam manifestar suas dúvidas e angústias. Ao reconhecer as necessidades dos educadores, a equipe gestora pode organizar espaços para o acompanhamento dos alunos; compartilhar entre todas as suas percepções e relatos que se refiram às condições de aprendizagens, das situações da sala de aula e discutir estratégias ou possibilidades para enfrentar os desafios. Essas ações constituem assuntos que colaborem no momento de formação dos educadores.

O desafio do educador está em gerar situações, dentro e fora da sala de aula, em que seja possível o reconhecimento entre os diferentes, gerando a construção de diversos pontos de vista sobre a interação com os outros, sendo capaz de analisar as ações e buscar novas formas de ensinar e aprender contribuindo para que a escola seja reinventada e se configure como espaço privilegiado para a formação de novas identidades e mentalidades. (RIBEIRO, 2013, p. 27)

Pensar então na formação do professor seja inicial ou continuada, leva-nos a compreensão de que no dia a dia de sua vivência profissional, articula e constrói diferentes conhecimentos em respostas aos desafios que surgem em sua prática docente, o que demanda o domínio de saberes eficientes que lhe permitam, com toda a consciência, organizar as condições ideais de aprendizagem para os seus alunos e para ele mesmo (ALMEIDA, 2014).

#### 4.2 FORMAÇÃO DOCENTE, INCLUSÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

As formas de contratação de professores e funcionários na rede Estadual é um problema geral, que atinge a educação profissional de forma especial pela necessidade de contratação de professores para as disciplinas técnicas. Daí percebe-se parte do problema das dificuldades em relação à inclusão de alunos com necessidades educativas especiais. Por estarem em contato frequente com o cotidiano escolar, muitas questões, dúvidas e inquietações continuam aumentando, pois muitas são as dificuldades e contradições que envolvem o processo pedagógico deste espaço. É grande a vontade de entender como era possível uma escola e dois mundos, práticas que eram tão iguais e que fomentava as diferenças. O que parecia desnecessário, agora é tão essencial.

A realidade é que a expansão da oferta de cursos de educação profissional na Rede Estadual não é direcionada para alunos com deficiência, uma vez que as desigualdades, neste campo, demonstram uma enorme disparidade de permanência, cabe a cada instituição a obrigação de organizar um planejamento curricular que atenda a esse grupo. A instituição deve elaborar um currículo que direcione suas ações para todos os públicos sem exceções, assim como, desenvolver um sistema de acompanhamento que auxilie os docentes a promover uma educação inclusiva no CEEP-TLB.

Ao ministrar aulas para turmas da educação profissional, os professores sentem ainda mais dificuldades, são jovens que anseiam o mercado de trabalho, que querem uma educação que os preparem para a vida social, no enfrentamento das complexidades do cotidiano. Sobretudo, muitos alunos não se sentem preparados, outros não conseguem se identificar como estudante do curso técnico, justamente por não enxergarem dentro do ambiente escolar, a inclusão, o que piora a situação porque motiva a evasão. Todas essas situações deixam claro à dificuldade dos estudantes em se ver enquanto alunos da educação profissional e, na dificuldade dos docentes em desenvolver suas aulas/atividades com os referidos alunos, visto que a diversidade de necessidades dificulta ainda mais o trabalho pedagógico, já que não se

têm demonstrado nenhum preparo para aplicar aulas para turmas tão mistas. A Declaração de Salamanca (1994), já ressaltava a necessidade de se preparar o professor para essa demanda.

Para crianças com necessidades educacionais especiais uma rede contínua de apoio deveria ser providenciada, com variação desde a ajuda mínima na classe regular até programas adicionais de apoio à aprendizagem dentro da escola e expandindo, conforme necessário, à provisão de assistência dada por professores especializados e pessoal de apoio externo. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Nesse contexto a declaração mostra que grandes mudanças são necessárias para melhoria da qualidade na educação de todos os alunos, e que a escola deve buscar alternativas de educar crianças com deficiência. As pessoas ainda resistem quando o assunto é educação. A construção de uma sociedade mais justa, mas atenta e que seja para todos independentes de suas limitações, depende muito da conscientização e engajamento de todos os envolvidos, deste modo o Projeto Pedagógico passa a ser uma ferramenta importante nesse processo educativo.

Tal documento constitui-se como elemento direcionador das ações pedagógicas e administrativas da escola fazendo a comunidade entender o seu papel social, de forma que se pense em ações que sejam também adequadas aos paradigmas da inclusão dos alunos com NEE. Para fortalecer esse movimento surge uma nova proposta de educação inclusiva, onde os sistemas educacionais assumiriam a responsabilidade por pensar em condições de gerir uma educação de qualidade e fazer adequações que atendessem às necessidades desses sujeitos. Sendo assim, necessita a priori da reflexão das pessoas e entidades envolvidas, visto que o documento está vinculado ao histórico social dos estudantes e toda a comunidade escolar.

[...]as escolas (tanto comuns como especial) precisam ser reestruturadas para acolherem todo espectro da diversidade humana representado pelo alunado em potencial, ou seja, pessoas com deficiências físicas, mentais, sensoriais ou múltiplas e com qualquer grau de severidade dessas deficiências, pessoas sem deficiências e pessoas com outras características atípicas, etc. É o sistema educacional adaptando-se às necessidades de seus alunos (escolas inclusivas), mais do que os alunos adaptando-se ao sistema educacional (escolas integradas) (SASSAKI, 2008, p.09-17).

De acordo com o autor a acessibilidade é resultado de um processo decorrente de mudanças sociais e culturais. A escola precisa pensar na acessibilidade como processo de inclusão, assim, a sociedade irá gradativamente entendendo os esforços e as necessidades

garantindo aos discentes seu direito de permanecer neste espaço educacional com autonomia e independência.

A escola atual, seja ela de ensino regular ou ensino técnico profissional deve ter compromisso com a formação integral dos sujeitos, preparando-os para serem pessoas com atitude, que atenda às necessidades do mercado e estejam prontos para enfrentar as complexidades e competitividade atual, acompanhando as mudanças da sociedade moderna. Formar sujeitos participativos na vida social, que respeite a diversidade e façam valer a igualdade de direitos, rejeitando toda e qualquer forma de preconceitos e discriminações.

## **5 METODOLOGIA**

### **5.1 A ABORDAGEM DA PESQUISA**

Este trabalho traz uma reflexão sobre a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular, com o propósito investigar os limites e possibilidades da inclusão no contexto da educação profissional. Buscou-se analisar sobretudo, o interesse e o comportamento dos jovens matriculados no CEEP-TLB que apresentam dificuldades de aprendizagem, decorrentes das suas necessidades educativas especiais no dia a dia da sala de aula.

A definição do tema se apoia na perspectiva de que o trabalho com o ser humano é muito intenso e complexo, porém especial. Pensar a educação de pessoas com necessidades especiais é ainda mais compensador. Nos dá a convicção de estarmos contribuindo significativamente para o desenvolvimento intelectual e cultural dos sujeitos. Uma escola inclusiva com equidade dentro de um sistema educacional discriminatório, exige mais atenção e envolvimento de toda a comunidade escolar. Desta forma o trabalho procurou pesquisar as dificuldades enfrentadas pelos docentes do CEEP-TLB, no processo de consolidação da proposta de educação inclusiva no contexto da educação profissional e como se dá a relação dos professores na construção de conhecimentos e valores dos estudantes com NEEs. Assim como verificar o histórico da Educação Inclusiva no contexto da educação profissional e discutir sobre alunos que acessam essa modalidade de ensino. Desenvolver esse trabalho nesta perspectiva, foi muito significativo, provocou reflexões acerca de nossas práticas enquanto docentes, ao tempo em que nos instigou de certa maneira, a buscar mecanismos mais

eficientes para intervenções que possam garantir uma educação mais equânime para os mesmos, possibilitando seu acesso e permanência nas escolas de educação profissional.

Nesta perspectiva, a pesquisa trilha os caminhos a partir de uma abordagem qualitativa exploratória, uma vez que prioriza a qualidade dos dados encontrados e não a quantidade em si. Entendemos que as pesquisas que tratam das relações humanas trabalham com informações complexas e, as propostas qualitativas são muito mais flexíveis, podendo favorecer a análise e conclusões. Para Gatti e André (2011):

O uso dos métodos qualitativos trouxe grande e variada contribuição ao avanço do conhecimento em educação, permitindo melhor compreensão dos processos escolares, de aprendizagem, de relações, dos processos institucionais e culturais, de socialização e sociabilidade, do cotidiano escolar em suas múltiplas implicações, das formas de mudança e resiliência presentes nas ações educativas (GATTI; ANDRÉ, 2011, p. 34).

Através do estudo das práticas inclusivas em uma instituição técnica profissional, poderá ser revelado um olhar mais expressivo sobre a dinâmica do espaço escolar. Nesse sentido, elegemos o estudo de caso como recurso metodológico básico de caráter qualitativo, buscando dialogar de forma empírica com o objeto em estudo, pois trata de investigar “um fenômeno atual dentro do contexto da realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência” (YIN, 2009, p.28), frente ao contexto de uma unidade escolar de Ensino Técnico de nível médio, no cotidiano escolar, onde o professor tem que atender a diversidade, tanto em relação às dificuldades de aprendizagem, como também a diversidade comportamental.

## 5.2 O LÓCUS DA PESQUISA- CEEP –TLB

O campo empírico desta pesquisa, está situado na cidade de Santo Amaro no recôncavo Baiano; também conhecida pela denominação não oficial por Santo Amaro da Purificação. Possui 492 quilômetros quadrados de área e uma população de 60 069 habitantes (IBGE, 2019), resultando em uma densidade demográfica com aproximadamente 125 habitantes por quilômetro quadrado. Cidade histórica, que teve participação ativa do início ao fim do processo da emancipação nacional, com a passagem de relevantes vultos da nossa História Nacional, como D. Pedro II e Ruy Barbosa. Tornou-se cidade em 1837 juntamente com a cidade irmã de Cachoeira-BA. Santo Amaro foi um importante entreposto comercial da região e o principal porto açucareiro do Recôncavo Baiano. Uma cidade que, apesar das

mudanças de costumes decorrentes do progresso, é ainda hoje, uma cidade essencialmente religiosa que traz em sua história, uma cultura representada por suas Festas Populares, pelo Bembé do Mercado, pelo Maculelê, pela Capoeira, Samba de Roda, das Festas de 02 de fevereiro finalizando com a Procissão de Nossa Senhora da Purificação e muito mais.

Viver num lugar tão abençoado e cheio de encantos é um privilégio, e nos faz pensar: por que não contar um pouco dessa nossa história, para o conhecimento de todos e para a promoção do desenvolvimento dessa terra tão bonita? Conhecer e valorizar a belíssima história dessa cidade do recôncavo baiano que foi tão importante para a história do Brasil é um trabalho significativo junto ao CEEP-TLB.

**Figura 2** - Centro de Santo Amaro



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=KOVogkjbZel> Acesso em: 05/02/2020

Sendo considerada um grande pólo cultural, Santo Amaro é um município com diversos problemas sociais, dentre os quais: falta de segurança pública, ausência de políticas públicas para o turismo. Ainda que se perceba, que com investimentos e políticas públicas, os recursos turísticos culturais existentes nessa localidade podem transformar essa realidade. Em meio a esse contexto, o CEEP-TLB, vem desenvolvendo ações junto à comunidade escolar, objetivando o reconhecimento e a valorização do seu território cultural, como uma ferramenta relevante no processo de inclusão social. As ações relacionadas ao trabalho enquanto Centro de Educação Profissional, inserido no contexto da cidade e fortalecendo sua história e sua

cultura, poderão beneficiar tanto a comunidade local como a comunidade estudantil do CEEP do Leste Baiano, em face consolidando a política de inclusão no âmbito geral do município.

**Figura 3 - CEEP em Turismo do Leste Baiano**



Fonte: <https://www.google.com/url?sa=i&url=http%3A%2F%2Fceepsamaro.blog>. Acesso em: 06/02/2020.

O Centro Estadual de Educação Profissional em Turismo do Leste Baiano (CEEP-TLB) em Santo Amaro foi criado em 13 de novembro de 2012, sob a Portaria nº 9484/2012. Atualmente suas atividades se concentram exclusivamente com educação técnico profissional, atendendo os anseios da comunidade escolar no que se refere à possibilidade do fortalecimento da democratização do Ensino Técnico de Nível Médio, mas também a possibilidade de modificar a realidade administrativa e pedagógica da antiga Escola Polivalente de Santo Amaro fundada sob Portaria de Criação: nº 241/74 - Publicada no Diário Oficial: 06/08/74.

A partir do estudo das possibilidades de mercado, das necessidades do mesmo em Santo Amaro e no Recôncavo Baiano e da riqueza histórica, cultural e arquitetônica da região os segmentos colegiados em parceria com a Superintendência da Educação Profissional implantaram na ainda escola Polivalente, inicialmente, o Curso Técnico em Guia de Turismo do Eixo Hospitalidade e Lazer no Município. O Centro está localizado na Avenida Paulino de Andrade, s/n no Centro da cidade de Santo Amaro.

Atualmente possui uma média de 989 alunos, não se tem uma estimativa de alunos com necessidades especiais por não estarem oficialmente diagnosticados, não se existe laudos que comprovem, apesar de alguns pais sinalizarem de maneira informal. A unidade funciona em três turnos com turmas do Ensino Médio nas modalidades EPI (Ensino Médio

Profissionalizante), PROEJA (Programa de Educação de Jovens e Adultos) e SUBSEQUENTE, modalidade de educação profissional para alunos concluintes do ensino médio que tenham pretensão em fazer educação profissional. A partir do ano de 2013, com a transformação da Escola Polivalente no CEEP-TLB, este passa a ofertar outros cursos pertencentes aos eixos: Gestão e Negócios e Produção Cultural e Designer além do eixo que originou o nome fantasia do Centro Turismo, Hospitalidade e Lazer totalizando 10 cursos. No Noturno além da oferta de Cursos do Proeja é oferecido também cursos na modalidade subsequente para aqueles estudantes que já concluíram o Ensino Médio e desejam ter uma formação profissional.

A unidade escolar possui atualmente espaços estruturais, com características diferenciadas, em função da arquitetura muito antiga, fundada em 1974. Dispõe de vinte salas de aula, uma cozinha, um laboratório de Informática, uma quadra de esporte descoberta, um laboratório de cozinha, um auditório, uma área administrativa, uma sala de vídeo, um laboratório do curso técnico em turismo, uma sala de xerox, uma sala de professores, uma sala de coordenação e articulação, uma secretaria, uma sala de grupo gestor, um almoxarifado e cinco sanitários masculinos e femininos.

Seu quadro de profissionais conta com a equipe gestora, formada por uma diretora, três vices diretores, uma coordenadora. O corpo docente é formado por quarenta e três professores efetivos, três articuladores de área, três professores orientadores de estágio, sete professores contratados em regime especial REDA. Conta ainda com cinco funcionários de apoio, cinco porteiros, três merendeiras, seis funcionários 1º (primeiro) emprego e uma secretaria.

Cabe salientar que o quadro de funcionários desenvolve um trabalho comprometido com a educação, mas sem preparo para atender a demanda de estudantes especiais. Porém, preocupados com as relações profissionais e humanas, com foco em uma educação diferenciada, com propósito de melhorar a cada dia a qualidade do ensino e atendimento aos alunos. A educação profissional do Estado da Bahia criou o programa primeiro emprego, o qual possibilitou aos alunos egressos da escola, retornarem como colaboradores remunerados, todos que atuam no CEEP foram formados na unidade nos cursos técnico em administração, técnico em cozinha e técnico em comunicação visual.

Ainda no contexto da EP, a Educação Especial decorre todos os níveis e modalidades educativas, possibilitando Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos alunos com necessidades educativas especiais (NEEs), por meio de serviços e recursos próprios, empregada nas turmas de ensino regular da rede estadual, apesar de ainda existir muitas

dificuldades por parte dos docentes em desenvolver suas práticas com turmas diversificadas. Alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação são público-alvo da Educação Especial. Estes são atendidos no Centro de Educação Especial da Bahia – CEEBA/Salvador, dentro de suas especificidades, para que possam participar ativamente do ensino regular.<sup>3</sup> Diferentes dos alunos do CEEP-TLB que participam das aulas normalmente, sem nenhum, atendimento especializado, pois o centro não possui salas multifuncionais, nem professores especialistas ou preparados para esse fim.

### 5.3 SUJEITOS DA PESQUISA

Para esse estudo, foram escolhidas 05 (cinco) professores, com faixa etária entre 30 a 50 anos, sendo três do sexo feminino e dois do sexo masculino. Todos com nível superior completo e especialização dentro de suas áreas de formação. Possuem entre 4 a 25 anos de experiência docente na rede pública, com o tempo na regência na educação profissional da rede estadual entre 4 a 5 anos.

**Quadro 1** - Perfil dos professores participantes da pesquisa

<b>Professor(a)</b>	<b>Idade</b>	<b>Formação Acadêmica</b>	<b>Tempo na docência</b>	<b>Tempo de docência Edc. Profissional</b>
Helenita	47 anos	Lic. em Matemática	16 anos	3 anos
Ana Júlia	43 anos	Lic. Letras Vernáculas	24 anos	4 anos
Yasmin	44 anos	Lic. Pedagogia	23 anos	5 anos
Roque	50 anos	Lic. em Matemática	25 anos	2 anos
Pedro	35 anos	Téc. em administração	4 anos	4 anos

Fonte: elaborado pela autora da pesquisa.

O Corpo Docente possui em sua maioria, profissionais com a formação em nível superior. Todos os professores têm entre quatro a 25 anos na docência, e o tempo de atuação

<sup>3</sup> <http://escolas.educacao.ba.gov.br/educacaoespecial1>

na educação profissional varia de dois a seis anos. Cabe salientar que os nomes são fictícios, para que preservar a identidade dos participantes.

#### 5.4 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Para essa dupla inserção empírico/teórica, é necessário colher informações a partir de alguns procedimentos. Desta forma, as técnicas de coleta de dados utilizadas para a realização dessa pesquisa são: pesquisa bibliográfica/ empírica, análise e investigações em literaturas pertinentes e questionários abertos.

Vianna (2009, p. 15) defende que “a observação, como técnica científica, pressupõe a realização de uma pesquisa com objetivos criteriosamente formulados, planejamento adequado, registro sistemático dos dados, verificação da validade de todo o desenrolar do seu processo e da confiabilidade dos resultados”. Contudo, segui um planejamento que atendesse os horários de intervalo de trabalho dos professores da instituição, seguindo os objetivos propostos, e os parâmetros metodológicos que me subsidiaram durante o percurso; utilizando referências bibliográficas diversificados, sobre o tema em questão, observação durante algumas aulas e aplicação de questionário realizado com o quadro docente para estudo de caso. Durante a escrita, selecionei literaturas que fundamentassem minhas palavras. Sobre tudo pensei em estratégias que ampliassem meus conhecimentos acerca do tema e objetos estudados. Fiz escolhas que acreditei serem enriquecedoras que me ajudariam no desenvolvimento dessa pesquisa.

Como já evidenciado, foi utilizado o método qualitativo tipo exploratório, através de questionário aberto, diálogos informais e vivências no cotidiano da escola lócus da pesquisa, tendo como objetivo, possibilitar a reflexão de professores do ensino técnico regular, sobre os limites e possibilidades de inclusão de alunos com NEEs, através de estudos e discussões sobre o assunto, proporcionando uma visão mais ampliada do histórico da educação profissional no referido Centro e as políticas públicas para educação inclusiva no Brasil e na Bahia. Tal trabalho servirá de base para compreensão da carência no que tange a formação dos alunos com deficiência na Educação Profissional.

A escola precisa encontrar a direção para incluir esses estudantes, junto aos articuladores pedagógicos os professores podem planejar ações que possibilitem o processo de inclusão a partir de ações e atividades que proporcionem a integração e entendimentos da turma acerca dos direitos e deveres constitucionais para uma educação emancipadora, não cabe mais nos dias atuais, pensar em exclusão, nem em escolas específicas para alunos com

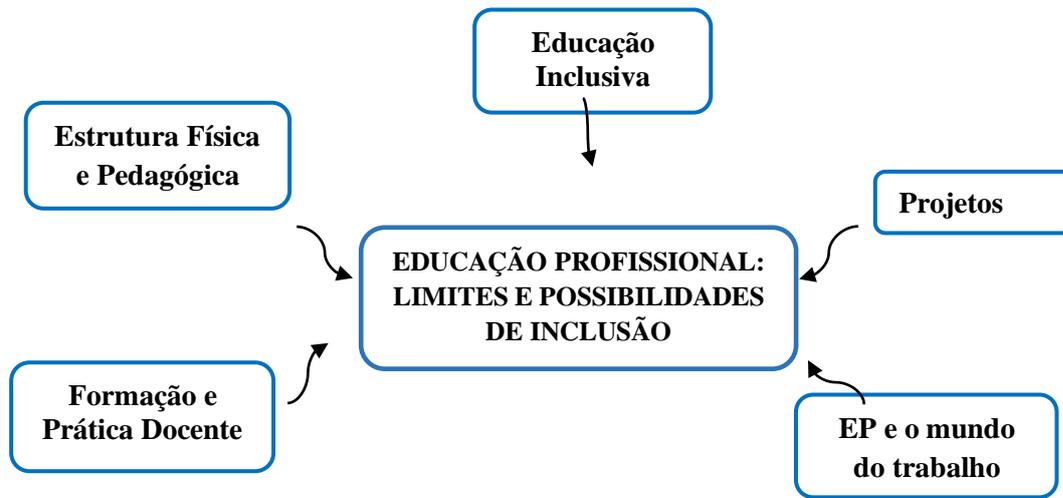
dificuldades de aprendizagens. A realidade nos mostra a complexidade em compreender o que é tão óbvio; Incluir aceitar, conviver, e desconstruir os estereótipos impostos pela sociedade. O direito à educação é um direito social, alicerçar esta ação de humanidade é tornar-se igual diante das diferenças, saber conviver com elas é fundamental.

## **6 INCLUSÃO NO CEEP – TLB: O QUE DIZEM OS PROFESSORES**

Convidar as(os) professoras (es) para expor os seus saberes e fazeres na dinâmica do CEEP – TLB – especialmente da educação profissional e o processo de inclusão. Assim, após o trabalho de investigação em campo para a compreensão de como se dá o processo da educação inclusiva, limites e possibilidades de atuação, configurados pelas professoras no que diz respeito à educação inclusiva, fez-se necessário analisar os dados obtidos. A pesquisa foi realizada no Centro Estadual de Educação Profissional em Turismo do Leste Baiano, Santo Amaro – Bahia. A escola atende exclusivamente a modalidade de ensino Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio – EPI. Para a investigação foi aplicado um questionário aberto semi estruturado, composto por 19 (dezenove) questões, com professores e coordenadores que atuam com adolescentes e jovens com deficiência ou não no CEEP-TLB, constituído de questões abertas e fechadas. O trabalho foi direcionado para professores para que fosse possível entender e averiguar as práticas metodológicas aplicadas aos estudantes da educação básica de nível médio com foco na inclusão de alunos especiais. O trabalho teve a intenção de analisar os limites e possibilidades de inclusão na educação profissional na respectiva instituição.

Com base na análise dos dados pretende-se compreender como no CEEP - TLB a partir da perspectiva dos professores que atuam na instituição. Desse modo, a partir das informações adquiridas nos questionários, foi possível elaborarmos as seis unidades de análise, conforme a imagem abaixo:

**Figura 4** - Diagrama das unidades de análise



Fonte: Produzido pela autora da pesquisa(2020).

Inicialmente, busquei observar em diferentes momentos, como se desenvolve a dinâmica da escola, frente as questões dos alunos com necessidades educativas especiais, e se de fato a escola inclui ou insere estes educandos em seus ambientes e atividades. Nesse contexto, foi importante saber que concepção os professores têm sobre **Educação Inclusiva**. Verificamos que as respostas são bem semelhantes, como podemos perceber nas falas:

Um modelo de educação sem fronteiras nem barreiras, adaptado e preparado para receber diferentes tipos de alunos com diferentes tipos de necessidades (Roque).

Educação que oportuniza pessoas especiais a serem inseridos nesse contexto, considerando suas limitações e dificuldades (Helenita).

Como o próprio nome diz um processo educacional que contempla as especificidades, principalmente aquelas diagnosticadas por profissional competente, contribuindo para o desenvolvimento do indivíduo (Yasmim).

Diante das respostas percebemos que os docentes da unidade escolar têm conhecimento do que é educação inclusiva, mas ainda precisam conhecer mais os direitos que os estudantes especiais têm em relação a educação regular igualitária, respeitando e valorizando o seu tempo de aprender.

Como bem define a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96 e no direito Constitucional Brasileiro, o respeito pela inserção de alunos com múltiplas deficiências na escola regular, possibilitando o aperfeiçoamento de suas capacidades intelectuais e sociais. Não demonstram conhecimento acerca da Legislação referente a educação inclusiva, e acreditam que os alunos especiais deveriam ser preparados por

profissionais competentes da área específica. Ou seja, pessoas preparadas especialmente para atender a esse público.

O que mais me chamou a atenção foi perceber que esses profissionais não se vêm trabalhando com alunos especiais, o que é uma situação complicada diante do contexto da educação brasileira.

Quanto a **estrutura física e pedagógica do CEEP-TLB** para receber alunos com necessidades especiais no contexto da educação profissional, os professores se posicionaram, de acordo as falas:

Não, porque além de não termos formação a própria SEC, não fornece o apoio necessário, além da estrutura física inapropriada. Entretanto buscamos trabalhar com esses estudantes dentro da nossa realidade (Yasmim).

A estrutura física não atente o acesso desse grupo, bem como o corpo pedagógico não tem formação específica para tal atendimento (Helenita).

Não, pois falta adaptar a estrutura da escola para receber os alunos no referente a inclusão e capacitar a maioria dos educandos para essa nova demanda de trabalho (Roque).

As respostas dos docentes apontam a escola como um espaço desestruturado e sem condições de receber esses estudantes. Visto que a escola não dispõe de salas multifuncionais nem espaço apropriado para atendê-los. Entretanto, por desconhecerem as leis que amparam estudantes especiais, os professores não vem possibilidade de desenvolver um trabalho mais efetivo com turmas mistas. Isso se torna um problema no que diz respeito a inclusão, não se pode separar alunos por competências, ou por considerar que um aprende melhor ou mais rápido que o outro, cada pessoa tem seu tempo de aprender e seus limites devem ser respeitados para que seja possível desenvolver um trabalho que atenda a todos sem exceção inclusão. Para eles a escola necessitaria de apoio psicológico frequente e os professores de capacitação e conhecimento para lidar melhor com a condição de escola inclusiva.

Quanto a estrutura pedagógica, os profissionais são unânimes em afirmar que cada indivíduo aprende de um jeito diferente, o que dificulta as aulas e atividades, e os professores devem estar preparados e atentos, sempre refletindo sobre suas metodologias. A educação profissional requer muita atenção e conhecimento, para além de dinamismo, atitude e autonomia. Mas, como seria possível os estudantes desenvolverem tantas habilidades se nem eles, nem os mentores acreditam na sua capacidade de aprender?

Nesse sentido, a inclusão escolar torna-se um constante desafio, percebe-se que ainda há muita resistência em aceitar que alunos deficientes possam desenvolver suas habilidades e

construir conhecimentos. É necessário acreditar nessas possibilidades e entender que as pessoas têm sim condições de aprender. O grande problema é o autoconceito do professor, que rotula e prejudica alunos sem mesmo tentar desenvolver um trabalho mais significativo que favoreça suas práticas pedagógica com múltiplas possibilidades. Para Mantoan (2012, p.19) “[...] a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, porque não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso”.

Essa experiência vivida me fez perceber que o real papel do professor é ministrar aulas, mas não preocupando diretamente com o aprendizado dos alunos especiais, porque segundo eles esses estudantes têm muitas dificuldades e só profissionais especializados entendem e podem desenvolver atividades que os façam aprende. Isso deixa claro que a educação inclusiva na educação profissional é um grande desafio.

Não me sinto devidamente capacitado para dar o meu melhor (Roque)

Não estou preparado. Preciso estudar mais sobre o assunto para que realmente aconteça o desenvolvimento educacional. Entretanto na questão social e afetiva acredito que possuo habilidades iniciais (Yasmim)

Não tenho o devido preparo para conduzir as situações adversas que podem acontecer (Pedro)

Percebemos que os professores afirmam não estarem preparados para trabalharem com a inclusão. Sabemos que não cabe a nós professores segregar aquelas pessoas que foram excluídas ao longo da história da educação escolar, negando-lhes o seu direito de aprender, oprimindo e exaurindo suas possibilidades de crescimento intelectual e de transformar-se enquanto seres sociais capazes de pensar e agir sobre suas próprias vidas.

No que concerne a **Prática e Formação Docente na perspectiva da inclusão**, ao serem questionados sobre sua atuação docente junto aos jovens com necessidades educativas especiais professores ressaltaram que:

Não tenho preparo, pela falta de conhecimento no tratamento desses indivíduos. Não existe uma abordagem direcionada, mas os colegas nos ajudam na construção das atividades (HELENITA)

Não há preparo para conduzir as situações adversas que podem acontecer. (PEDRO);

Falta capacitação. Ainda trabalho com tais alunos muito na intuição e afeto, preciso me instrumentalizar. Infelizmente não pauto minhas aulas (ANA JÚLIA)

Não me sinto devidamente capacitado para dar o meu melhor. Busco me programar antes, através de pesquisas dentro das possíveis dificuldades e concilio recursos com o tempo de aula para obter êxito na construção do conhecimento (ROQUE)

Preciso estudar mais sobre o assunto para que realmente aconteça o desenvolvimento educacional. Entretanto, na questão social e afetiva acredito que possuo habilidades. Na maioria das vezes percebo atividades homogêneas (YASMIN).

Os professores asseveram que não há uma formação que os prepare de fato para a inclusão, bem como que alicerce a prática pedagógica para atuarem com os estudantes com necessidades educativas especiais. Todos têm consciência das dificuldades que possuem em desenvolver aulas que contemplem os alunos. Tal situação reflete o quanto estamos despreparados e desestimulados diante de uma realidade dura e cruel. Penso que as pessoas podem tentar mudar um pouco suas ações no espaço escolar para que seja possível um trabalho que atenda a um número maior de estudantes. Seja ele deficiente ou não, nossa metodologia precisa ser revista no sentido de atender a essa demanda.

A escola tem a responsabilidade junto ao pedagógico de durante o período das aulas complementares (ACs), desenvolver aulas mais dinâmicas e atrativas, que envolvam todos os alunos de forma igual, mesmo sabendo que existem as diferenças. Vale ressaltar que aulas dinâmicas facilitam o aprendizado e estimula a integração, fazendo com que os estudantes consigam assimilar melhor os conteúdos, transformando esses momentos pedagógicos em aprendizagens significativas. Levando em consideração o que dizem as Leis no que tange a educação inclusiva, onde todos os alunos devem ser inseridos no ensino regular, está referenciado na LDB (1996) e na Constituição Federal (1998). Assim sendo, as práticas devem estar adequadas a essa realidade objetivando uma educação transformadora que nos faça enxergar as coisas com mais afetividade e compromisso. Nesse contexto, podemos refletir sobre as ideias de Freitas (2006), ao anunciar que [...] gostamos de ter nos pomares, não apenas árvores que produzem frutos precoces, as também árvores que produzem frutos de meia estação, e frutos serôdios, porque cada coisa é boa no seu tempo [...].

Cada pessoa tem seu tempo de aprender, isso não significa que esse sujeito não tenha a capacidades de desenvolver seu lado intelectual. Muitas são as pessoas que costumam fazer diagnósticos dos alunos, rotulando e inferiorizando suas diversidades e desacreditando do seu potencial de aprendizado, se mudar e adaptar nossas práxis conseguiremos ultrapassar os obstáculos que dificultam nossas ações.

Diante de um sistema falho como é o sistema educacional brasileiro, educar um aluno com necessidades educativas especiais, no âmbito da educação profissional é um desafio

muito grande, principalmente quando se trata de um grupo de profissionais que não se sentem preparados para esse pleito.

A necessidade de formação continuada é muito evidente nas falas desses profissionais, de fato que a política de inclusão nos faz refletir o momento histórico que estamos vivendo, considerando que os sujeitos estão em constantes mudanças e aqueles que escolheram estar na área da educação também precisa se permitir mudar. Trabalhar com a diversidade é difícil num contexto de uma sociedade opressora, que rotula os indivíduos como se fossem pessoas incapazes de desenvolver capacidades que possibilite sua inserção no mercado de trabalho, os enxergando como “peças de manipulação”, porém é precoce afirmar algo sem conhecer e complexo prejudicar aquilo que desconhece.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, percebi que de fato os profissionais desta instituição necessitam muito conhecer as políticas de inclusão de alunos especiais na educação profissional. Vejo que a cada dia o acesso desses jovens na instituição fica mais complicado, e sua permanência pior ainda. Não se sentem parte deste lugar, onde a exclusão involuntária é nitidamente percebida. Não se oferecem uma educação igualitária, respeitando as diversidades por medo, ou por receio, talvez até pelo fato de considerá-los inaptos para o ensino e aprendizagem. Notei que muitas vezes, o docente não criava possibilidades diferenciadas para ministrar suas aulas, de forma a ensinar o conteúdo para que o aluno especial pudesse avançar e assim acompanhar as aulas.

Sobre os **Projetos** que contribuem para a educação inclusiva no CEEP – TLB, Projetos para Inclusão, os professores relataram que não há recursos disponíveis para o trabalho com alunos especiais ou não. A unidade atualmente vem passando por muitos problemas que agregam outras situações difíceis para além de recursos materiais, porque há também falta de recursos humanos. O quantitativo de professores não atende as necessidades da unidade; o que interfere sobremaneira nas ações. Entretanto, alguns dos professores entrevistados dizem utilizar pequenos textos reflexivos, competições individuais, situações problemas, jogos e vídeos motivacionais “recursos tecnológicos do professor”, o que segundo eles faz da aula um espaço de socialização de experiências.

Apesar das inúmeras dificuldades e do enfrentamento de situações diversas no que tange a implementação da educação inclusiva, os profissionais tentam diminuir as práticas discriminatórias que surgem no cotidiano escolar, sabe-se que lidar com essa situação problema não é fácil, mas precisam enfrentar os desafios e buscar alternativas para reduzir os conflitos que surgem neste espaço escolar.

A escola ainda não adequou o Projeto Pedagógico- PP, na perspectiva da educação inclusiva, quando perguntado sobre esse processo os responsáveis pela parte pedagógica diz que o documento ainda está em processo de elaboração, espero que aproveitem esse momento e insiram ações e programas que contemplem uma educação para todos de forma igual e humanizada. Compreendemos que a escola deve ser um local onde se aprende e onde seja possível a igualdade de direitos e consideração para com os diferentes. Contudo, vivemos em uma sociedade que a realidade, prima por uma escola para poucos. A escola ainda é um espaço social excludente, suas ações são pensadas para as pessoas sem limitações, sem deficiências, infelizmente essa é a dura realidade.

O CEEP-TLB é uma escola técnica profissional, que busca desenvolver diversas atividades e projetos pedagógicos com os estudantes. São momentos de efetiva busca pelo conhecimento, os alunos participam ativamente, no intuito de aprenderem coisas novas. Entretanto, esses projetos, segundo os professores, não excluem nenhum aluno. Porém não foram elaborados no contexto da inclusão. A fala da professora colabora: “Acredito que ainda não, pois esta questão é difícil até mesmo para alunos em condições “normais” (Ana Julia).

O termo “normais” me incomoda muito, ele é pejorativo e diminui aqueles que são especiais, no convívio da sala de aulas vimos muitas vezes as pessoas utilizando palavras que desvalorizam e diminuem as pessoas deficientes. É angustiante perceber que a educação que poderia acolher, é quem primeiro exclui, apesar de entender que é uma exclusão impensada, sem nenhuma motivação. Vejamos as falas:

Tem sim, e alguns deles com mais eficiência do que os ditos não portadores de necessidades educacionais especiais (Roque)

Acredito que todos tem potencial, nos profissionais é que precisamos aprender a trabalhar e estimular isso (Yasmim)

Se existem as pessoas normais, então ser diferente se tornou anormal. Algo que é condenável, que é inconsequente, incabível. Não encontro mais adjetivos para essa prática discriminatória insensata.

No desenvolvimento da prática pedagógica com os estudantes, torna-se fundamental pensar nas atividades propostas. Sobre esta questão, os profissionais relatam que utilizam:

Textos reflexivos, pequenos vídeos motivacionais e fazer da sala de aula um espaço de socialização de experiências (Ana Júlia)

Amostras de vídeo, competições saudáveis individuais e em grupos, trabalhar mais o erro em prol do acerto, arrumação da sala em semicírculo e valorização de todos que interagem (Roque)

A escola inclusiva, necessita se adaptar não apenas no que tange a estrutura física mas também, prover atividades que se adequem a realidade dos estudantes, com recursos materiais adequados para o desenvolvimento educativo profissional.

Muitos foram os questionamentos sobre **a Educação Profissional e Mundo do Trabalho** no âmbito da educação inclusiva. Há aqueles que acreditam na possibilidade, dependendo das necessidades, outros acham difícil por ser um processo mais complexo que denota dedicação e muito estudo. Para o professor Roque, alguns alunos especiais tem mais possibilidade de aprender do que os alunos sem deficiência.

Ao longo da pesquisa, foi possível perceber que a educação profissional- EP ainda está em processo de adaptações tanto para os docentes, quanto para os discentes. Pensar EP é pensar num trabalho para além da sala de aula, esses sujeitos precisam adentrar outros espaços que ampliem a sua formação. Para tanto, devem estar bem preparados, com seus conhecimentos afinados. Porém, os professores vêm isso como um grande problema a ser resolvido, e enfatizam que seus conhecimentos não contribuem com a necessidade de aprendizado desses estudantes com necessidades educativas especiais.

Dentre tantos desafios estão as ideologias dos docentes acerca da proposta da educação inclusiva, para eles os profissionais específicos, especializados na área deveriam atuar nesse campo, assim, o processo da educação inclusiva se concretizaria. Nesse sentido a comunidade escolar desempenha um papel importante no processo de inclusão do estudante com deficiência, pois, deverá estar apta a desenvolver ações no coletivo que estimule ao acesso e permanência desses indivíduos na educação profissional e no processo de aprendizagens. Faz necessário salientar que, cabe a equipe escolar a responsabilidade de criar possibilidades e ações inclusivas considerando as demandas do no Centro Estadual de Educação Profissional em Turismo do Leste Baiano – CEEP TLB.

Diante dos desgastes face às dificuldades enfrentadas pelos docentes e gestores, no processo de consolidação de uma proposta de educação inclusiva seria importante e essencial que houvesse um momento de diálogo entre a comunidade escolar, para que se pudesse dar assistência, atender os alunos desse coletivo. Bem como, repensarmos as práticas pedagógicas no sentido de uma educação multicultural, para além da inclusão de alunos com NEE, possibilitando o rompimento de práticas preconceituosas e estereotipadas, e que seja pautada

primeiramente pelo diálogo, pelo reconhecimento, pela compreensão e valorização dessas pessoas que compõe a nossa sociedade.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A inclusão escolar tem sido pauta de discussões por vários atores que compõe a educação profissional, nas diversas modalidades. Percebemos que essa ação traz muitos benefícios para o desenvolvimento e aprendizagens dos estudantes com Necessidades Educativas Especiais. É muito bom ver esses sujeitos inseridos numa educação pensada para todos, mesmo que muitos ainda resistam, pois incluir ainda é um tabu para algumas pessoas. Incluir significa respeitar a igualdade de direitos e principalmente respeitar as diferenças independentes das limitações. Ainda é complexo pensar em inclusão na educação profissional frente a uma realidade que insiste em dividir os sujeitos em grupos, usando definições esdrúxulas, que fomenta a desvalorização e evidencia dentro de um contexto social onde poucos celebram a diversidade, valorizando a diferença favorecendo uma sociedade preconceituosa e discriminadora.

Durante a pesquisa, foi possível perceber o CEEP- TLB vem enfrentando muitas dificuldades no que diz respeito a espaço físico, visto que a demanda de estudantes que desejam fazer educação técnica profissional na instituição vem aumentando a cada ano, e o número de alunos com necessidades educacionais que anseia a EP também vem crescendo. Para alguns profissionais, nota-se que a escola não está preparada para trabalhar com a inclusão, não se criou nenhuma ação no Projeto Político Pedagógico da escola que possibilite esse trabalho, segundo os docentes não há recursos adequados para atender esses alunos com NEEs, o que aumenta as dificuldades.

O estudo deixa evidente que a maior problemática da escola no que se refere a inclusão, é que as pessoas não querem vivenciar situações que fujam da sua zona de conforto, sua rotina, para eles, trabalhar com pessoas especiais requer planejamento, adequações, dedicação e doação, logo não se sentem prontos para esse desafio. Em face dessa realidade, o tema escolhido trouxe muitas discussões durante o processo de pesquisa, foram momentos intensos e interessantes porque ampliaram a visão dos professores acerca da necessidade de discutir e criar ações que diminuíssem as dificuldades em desenvolver aulas mais interessantes para todos os alunos.

Neste contexto, podemos refletir o quanto o conhecimento e o trabalho com alunos especiais nos oportunizam pensar sobre quais práticas iremos escolher para que esses estudantes consigam acompanhar, quais as formas de agir dentro de uma sala com alunos com necessidades educativas diversas. Tentar conhecer sobre inclusão no contexto da educação profissional, nos proporciona visualização da prática como a concretização da teoria que vai amparar nosso trabalho com esses indivíduos. É esse o momento de conhecer, analisar e experimentar as práticas pensadas durante nossas vivências neste espaço educativo. É ainda durante esse processo de construção e reconhecimento de ações profissionais que enquanto docente, aprimoramos nossas escolhas dentro da educação e das várias direções que essa profissão nos possibilita.

De modo geral os professores do CEEP-TLB demonstraram compreender as necessidades existentes dentro de suas dinâmicas de trabalho enquanto formadores e da instituição em dar suporte técnico e humano para que possam desenvolver suas aulas de forma a envolver todos os discentes durante as aulas. Percebemos que o medo e a insegurança no que se refere a desenvolver aulas que contemplem essas pessoas. Vale ressaltar que os mesmos deixaram claro que não desenvolvem nenhum trabalho para integrar os estudantes especiais com os demais. Nesse cenário, os limites são muitos e as possibilidades são criadas na medida do possível, tentando atender minimamente os estudantes com necessidades educativas especiais, na perspectiva de incluir e não apenas inserir.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla Verônica Albuquerque. **A professora nos entremuros do Cárcere**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEDUC – Departamento de Educação – DEDC/CAMPUS I, Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Salvador, 2015, 246 f.

AMÂNCIO Filho. A. MOREIRA, Cecília G.B., orgs. **Saúde, trabalho e formação Profissional** [ONLINE] Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997.

ASSIS, S. M. de & MEDEIROS Neta, O. M. de. (jul/dez. 2015). Educação Profissional no Brasil (1960-2010): uma história entre avanços e recuos. *Tópicos Educacionais*, Recife, v.21, n.2.

BAHIA. DECRETO Nº 17.377 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2017. **Altera as denominações e as finalidades de unidades administrativas da Secretaria da Educação e dá outras providências**. PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 01 de fevereiro de 2017. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-17377-de-01-de-fevereiro-de-2017>. Acesso em 23 de dezembro de 2019.

BAHIA. Decreto nº 11.355/2008, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia em 04 de dezembro de 2008, que trata da instituição dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional no âmbito do Sistema Público Estadual de Ensino do Estado da Bahia, dispõe sobre a criação do Conselho e dá outras providências, 2008. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/view/9004>. Acesso em: 23 de dezembro de 2019.

BERGER FILHO, Ruy Leite. **Educação profissional no Brasil: novos rumos**. Revista Ibero americana de Educação. V. 20, 1999. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/1042>. Acesso em: 03 de janeiro de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Superintendência da Educação Profissional e Tecnológica – SUPROT. **Orientações e Diretrizes Pedagógicas e Curriculares da Rede Estadual da Educação Profissional e Tecnológica da Bahia, o “Currículo Bahia”**. Bahia, 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDBEN Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Capítulo V. Educação Especial.

BRASIL. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Presidência da República, Secretaria-Geral -Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm). Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 6, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 de setembro 2012. Disponível em: [http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CNE\\_CEB-06\\_2012.pdf](http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CNE_CEB-06_2012.pdf).

BRASIL. Ministério Público Federal. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classe comum da rede regular**. 2ª ed. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**/ Secretaria de Educação Especial - MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e o art. 39 a 42 da Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional [legislação na Internet]. Brasília; 1997. Disponível em: <http://www.portalmec.gov.br>

BRASIL. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e o art. 39 a 41 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 26 jul. 2004. Seção 1. p. 1.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/resultados-e-resumos>.

CAMPELLO, Ana Margarida. Dualidade Educacional. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**, 2009. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/duaedu.html>. Acesso em: 22 de dezembro de 2019

CARVALHO. R. E. Diversidade como paradigma de ação pedagógica na Educação. In: **Revista da Educação Especial**. MEC/SEESP. Out. 2005.

FERREIRA, Rejane Gomes. **Educação inclusiva na educação profissional e tecnológica: vislumbrando desafios possíveis**. Disponível em: [http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO\\_EV110\\_MD1\\_SA9\\_ID878\\_12082018120329.pdf](http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV110_MD1_SA9_ID878_12082018120329.pdf). Acesso em: 21/12/2019.

FREITAS, Soraia Napoleão. A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo. In: RODRIGUES, Davi (Org.). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2008.

GATTI, B. A.; ANDRÉ, M. E. D. A. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em Educação no Brasil. In: WELLER, W.; PFAFF, N. (Org.). **Metodologias da Pesquisa Qualitativa em Educação: teoria e prática**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p.29-38.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. **Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

GÓES, Claudia Freitas; DUARTE, Ruy José Braga, Educação Profissional no Estado da Bahia: a quem interessa? **Anais do II Colóquio Nacional - A Produção do Conhecimento em Educação Profissional**. Natal: IFRN, 2013, Disponível em: <https://ead.ifrn.edu.br/portal/wp-content/uploads/2012/coloquio/anais/eixo1/Prof. Esp.pdf>. Acesso em: 09 de novembro de 2019.

IBGE. Santo Amaro. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/santo-amaro/panorama>. Acesso em: 06/11/2019.

KUENZER, Acácia Zeneide. **Ensino Médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MANFREDI, S. Educação profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar**. O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2012.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete Declaração de Salamanca. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educa Brasil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-salamanca/>>. Acesso em: 08 de mai. 2018.

MOLL, Jaqueline. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades, Porto Alegre: Artmed. 2010.

***Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora da Deficiência.***

Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999. MEC/SEESP, 1999.

ABREU, Nitecy Gonçalves de. **CONCEPÇÕES DE INTERDISCIPLINARIDADE NO TRABALHO DOCENTE DOS PROFESSORES DE ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL E A REFORMA CURRICULAR: um estudo de caso**. Universidade Federal De Alagoas Centro De Educação Programa De Pós-Graduação Em Educação Brasileira, 2009, P. 26.

NASCIMENTO, Maria I; COLLARES, Solange A. Análise da eficiência da lei 5692/71 na formação dos trabalhadores de guarapuava sob a perspectiva de consciência para a cidadania e qualificação para o trabalho. **Revista HISTEDBR** On-line, n.20, p. 76 - 85, dez. Campinas, 2005.

RIBEIRO, Maria Luiza S. **História da educação Brasileira**: a organização escolar. 20.ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

RODRIGUES, David. Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva – São Paulo: Summus, 2006. P. 11.

SASSAKI, R. Questionário especial à Revista Integração. **Revista Integração**. MEC:Brasília, v. 8, n.20, p.09-17, 2008.

SAWAIA, B. Exclusão ou inclusão perversa. *In*: SAWAIA, B. (Org.), **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social** Formação e prática do psicólogo no “terceiro setor” 160. Petrópolis: Vozes, 1999, (pp. 7-13).

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Pesquisa em Educação: a observação**. Brasília: Plano Editora, 2003.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.